

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas:  
Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Paulista S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, bem como o respectivo parecer dos auditores independentes.  
Em 31 de dezembro de 2010, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" somavam R\$ 53.578 mil. Em consonância com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, esta administração declara que a instituição tem capacidade financeira para manutenção desses títulos nesta categoria.  
Destacamos, a seguir, um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos da instituição, cuja íntegra encontra-se disponível no site [www.bancopaulista.com.br](http://www.bancopaulista.com.br).  
**A. Risco Operacional** - A Resolução nº 3.380 define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Conforme permissão expressa contida no artigo 7º, da referida resolução, o Banco Paulista, instituição líder do Conglomerado formado pelo Banco e pela Socopa Corretora, decidiu pela implantação de estrutura única de Gerenciamento de Risco Operacional no

banco, compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas das instituições integrantes do Conglomerado. O processo de gestão e controle do risco operacional do Conglomerado é suportado pela assessoria especializada da Integral-Trust Serviços Financeiros Ltda. Os serviços de assessoria especializada em risco operacional têm como escopo o fornecimento de software (Sistema Integral de Gestão de Risco Operacional) e de metodologias para identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional, assim como coletar e tratar as perdas operacionais. As informações de Risco Operacional e suas perdas são integradas em única base de dados, gerando informações precisas a respeito dos eventos de risco operacional. Tais informações, depois de devidamente tratadas e avaliadas pelos gestores de cada área, servem de base para elaboração de planos de ação de mitigação de riscos para serem submetidos à aprovação do Comitê de Gerenciamento de Riscos, integrado por diretores estatutários do Conglomerado.  
**B. Risco de Mercado** - A Resolução nº 3.464 define risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O Banco Paulista também decidiu pela implantação de estrutura única de Gerenciamento do Risco de Mercado do Conglomerado no banco, compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco de mercado das instituições

integrantes do Conglomerado. Os assuntos relativos ao Risco de Mercado, assim como ocorre com os de Risco Operacional, são discutidos e decididos no Comitê de Gerenciamento de Riscos e atende as definições de políticas e limites definidos pelo Comitê de Planejamento Estratégico, integrado por diretores estatutários do Conglomerado. Estas definições condizem com as melhores práticas de Gerenciamento de Riscos utilizadas pelo mercado e estão em consonância com o perfil operacional do Conglomerado. O processo de gestão e controle do risco de mercado do Conglomerado é também suportado pela assessoria especializada da Integral-Trust Serviços Financeiros Ltda. Os serviços de assessoria especializada em risco de mercado têm como escopo o fornecimento de software (Sistema Integral de Gestão de Risco @RR) e de metodologias para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições, incluindo todas as fontes relevantes de risco de mercado e gerar relatórios tempestivos para a diretoria do Conglomerado. Este trabalho é periodicamente revisado com intuito de atender as melhores práticas.  
Agradecemos ao apoio e a confiança dos nossos clientes, funcionários e colaboradores.  
São Paulo, 18 de março de 2011.

**A Administração**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por lote de mil ações)

	Exercícios	
	2º semestre 2010	2009
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>119.137</b>	<b>225.679</b>
Operações de crédito	17.766	48.038
Resultado com títulos e valores mobiliários	60.321	96.518
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(5.223)	4.526
Resultado com operações de câmbio	38.249	50.055
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	<b>(65.469)</b>	<b>(130.319)</b>
Operações de captações	(48.739)	(87.801)
Operações de empréstimos e repasses	(8.051)	(10.856)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.679)	(31.662)
<b>Resultado bruto de intermediação financeira</b>	<b>45.664</b>	<b>86.818</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(59.543)</b>	<b>(94.343)</b>
Receitas de prestação de serviços	11.516	24.679
Despesas de pessoal	(6.484)	(30.318)
Outras despesas administrativas	(15.045)	(26.890)
Despesas tributárias	(4.110)	(7.815)
Resultado de participações em coligadas e controladas	601	1.025
Outras receitas operacionais	2.664	7.340
Outras despesas operacionais	(38.685)	(62.404)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(13.899)</b>	<b>(25.525)</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(1.964)</b>	<b>(4.671)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>(15.863)</b>	<b>(30.196)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>5.910</b>	<b>11.685</b>
Provisão para imposto de renda	1.878	-
Provisão para contribuição social	1.162	-
<b>Prejuízo do semestre/exercícios</b>	<b>(9.953)</b>	<b>(18.511)</b>
<b>Prejuízo por lote de mil ações- R\$</b>	<b>(50,08)</b>	<b>(66,88)</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais)

	Exercícios	
	2º semestre 2010	2009
<b>Lucro (prejuízo) líquido ajustado do semestre/exercícios</b>	<b>(9.953)</b>	<b>(18.511)</b>
<b>Prejuízo do semestre/exercícios</b>	<b>(9.953)</b>	<b>(18.511)</b>
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa líquido</b>	<b>9.244</b>	<b>26.044</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.679	31.662
Provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.870)	(11.685)
Resultado de participações em controladas	(601)	(1.025)
Reversão de provisões operacionais	(1.929)	(5.577)
Atualizações monetárias de recebimentos antecipados de créditos de operações de varejo, cedidos	5.099	10.139
Provisão para perda sobre créditos de operações de varejo cedidos com cobrança	316	1.446
<b>Varição de ativos e passivos</b>	<b>316</b>	<b>1.446</b>
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	8.696	165.208
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	48.912	120.488
Redução (aumento) em relações interfinanceiras	28.539	(11.183)
Redução (aumento) em operações de crédito (Aumento) em outros créditos	(13.028)	(122.939)
(Aumento) redução em outros valores e bens	(28.518)	(203.688)
Redução (aumento) em instrumentos financeiros derivativos - ativo	(3.083)	3.873
Redução (aumento) em instrumentos financeiros derivativos - ativo	707	(1.888)
Aumento em outras obrigações	67.357	217.590
Aumento em depósitos	127.462	147.305
(Redução) de obrigações por operações compromissadas	(86.967)	(126.979)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>149.368</b>	<b>195.320</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>603</b>	<b>(1.002)</b>
Aquisições de imobilizado de uso	(135)	(283)
Aplicações no intangível	-	32
Alienação de investimentos	277	330
Alienação de imobilizado de uso	(461)	(955)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos</b>	<b>603</b>	<b>(1.002)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>260.920</b>	<b>165.243</b>
(Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(20.100)	-
Aumento (redução) em operações por empréstimos e repasses	(28.173)	3.646
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(46.573)</b>	<b>3.646</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>102.334</b>	<b>198.011</b>
Caixa e equivalentes de caixa	260.920	165.243
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	158.584	165.243
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	<b>102.334</b>	<b>198.011</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>107.000</b>	<b>97</b>	<b>5.147</b>	<b>10.547</b>	-	<b>122.791</b>
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(13.292)	(13.292)
Compensações de prejuízos	-	-	-	-	2.745	2.745
Reserva legal	-	-	(2.745)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	(10.547)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>107.000</b>	<b>97</b>	<b>2.402</b>	<b>10.547</b>	-	<b>109.499</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(18.511)	(18.511)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>107.000</b>	<b>97</b>	<b>2.402</b>	<b>(18.511)</b>	<b>90.988</b>	<b>(18.511)</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2010</b>	<b>107.000</b>	<b>97</b>	<b>2.402</b>	<b>(8.558)</b>	<b>100.941</b>	<b>(9.953)</b>
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(9.953)	(9.953)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>107.000</b>	<b>97</b>	<b>2.402</b>	<b>(18.511)</b>	<b>90.988</b>	<b>(18.511)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**  
O Banco Paulista S.A. ("Banco") é uma sociedade de capital fechado, constituído sob a forma de banco comercial, tendo como objetivo atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas, crédito direto ao consumidor, consignado, financiamento de veículos e em operações de câmbio (basicamente, em operações de comércio exterior e financeiro).  
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de sua controlada SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores.  
Como parte das ações estratégicas, os acionistas tomaram a decisão em setembro de 2009 de focar os esforços do Banco nas operações de crédito *middle market*, além de câmbio e serviços. As operações de varejo foram paralizadas, aquelas que não apresentavam atraso, foram subsequentemente cedidas a outra instituição financeira, com acordo de cobrança. A estrutura operacional que gerava tais operações, assim como os respectivos acordos comerciais, foram também cedidos (Nota 9g).  
Concomitante com as decisões estratégicas acima mencionadas, um novo plano de negócios que aborda as atividades já existentes bem como a criação de novas linhas de negócio foi preparado pela administração e está em processo de implementação.

**2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.  
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos significativos, sujeitos a essas estimativas e operações incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa e atualiza as premissas, pelo menos, semestralmente.

**3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**a) Apreciação do resultado**  
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.  
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.  
**b) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.  
**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das provisões de desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.  
**d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**  
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
  - Títulos disponíveis para venda;
  - Títulos mantidos até o vencimento.
- Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.  
Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta desatada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.  
Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.  
Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de swap são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de **futuros** - o valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- operações a **termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direfente, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- operações de **swap** a diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

**e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.582/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "H" (risco mínimo) e "H" (perda).  
As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.  
As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não sendo passíveis de desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.  
**f) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**  
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
  - Títulos disponíveis para venda;
  - Títulos mantidos até o vencimento.
- Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.  
Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta desatada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.  
Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.  
Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de swap são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de **futuros** - o valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- operações a **termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direfente, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- operações de **swap** a diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

**g) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**  
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não-financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.  
**g) Investimentos**  
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.  
**h) Imobilizado, diferido e intangível**  
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.  
Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.  
O ativo diferido é composto por beneficiários em imóveis de terceiros, com amortizações anuais, basicamente, de 24%, conforme prazo do contrato de locação. A partir de 30 de setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa.  
Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.  
**i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses**  
São demonstrados pelos valores de realizabilidade e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são registradas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.  
**j) Imposto de renda e contribuição social**  
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.  
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões para a liquidação das obrigações e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

**k) Operações de câmbio**  
São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base *pro rata* dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas (quando aplicável), nos termos da Resolução nº 2.682/99.  
**l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:  
**Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.  
**Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.  
**Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.  
**m) Despesas antecipadas**  
Correspondem, em sua maior parte, a valores pagos antecipadamente, relativos às seguintes despesas:

- comissões pagas na contratação de empréstimos e financiamentos, que estão sendo apropriadas ao resultado na rubrica "outras despesas operacionais", pelo mesmo prazo dos contratos que lhes deram origem, ou, integralmente, por ocasião da cessão desses créditos;
- valor pago em função de convênio realizado para cessão de direitos creditórios vencidos - oriundos de operações de empréstimos e financiamentos realizados pelo Banco - referente ao resultado da equalização de preços, calculada considerando o histórico de inadimplência sobre a carteira objeto da cessão, que são apropriadas ao resultado, na rubrica "outras despesas operacionais", na mesma proporção que os créditos sujeitos ao referido convênio atinjam os seus respectivos vencimentos.

**4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**  
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2010	2009
Disponibilidades - em moeda nacional	24.716	32.299
Disponibilidades - em moeda estrangeira	72.027	47.410
Aplicações em depósitos interfinanceiros	261.659	82.186
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.913	9.348
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>363.254</b>	<b>165.243</b>

**5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**  
**a) Aplicações em operações compromissadas**

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365 dias	Total	2009
<b>Posição no mercado aberto</b>						
<b>Aplicação bancada:</b>	<b>129.417</b>	<b>1.680</b>	-	-	<b>131.097</b>	<b>82.186</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	37.110	-	-	-	37.110	40.302
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	10.001
Notas do Tesouro Nacional - NTN	69.282	-	-	-	69.282	31.883
Certificado de Depósito Bancário - CDB	9.065	-	-	-	9.065	-
Letras de Divida Agrária - LTA	13.060	1.680	-	-	14.740	-
<b>Posição financeira:</b>	<b>132.181</b>	-	-	-	<b>132.181</b>	<b>160.671</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	70.225	-	-	-	70.225	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	61.956	-	-	-	61.956	160.671
<b>Total</b>	<b>261.598</b>	<b>1.680</b>	-	-	<b>263.278</b>	<b>242.871</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 23.512 (R\$ 24.559 em 2009).

**...Continuação**

O Banco possui operações de instrumentos financeiros derivativos efetuadas no mercado futuro - BM&FBOVESPA, tais operações são exclusivamente atreladas a índices futuros de moedas estrangeiras e possuem em 31 de dezembro de 2010, o valor referencial de R\$ 169.833 (R\$ 55.182 em 2009), tendo sido apurado um ajuste a receber de R\$ 94 (R\$ 9 em 2009).

**b) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos**

Descrição	2010				Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Contratos de "swap"	18	24	55	1.660	1.757
Contratos a termo (NDF)	502	-	-	-	502

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação. Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- **Futuros, NDFs e opções:** cotações de mercado divulgadas pelas Bolsas;
  - **Swaps:** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBOVESPA.
- Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na BM&FBOVESPA ou na CETIP. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

**c) Margem de garantia**

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2010	2009
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.515	17.531
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.423	14.938
Notas do Tesouro Nacional - NTN	52.144	12.323
Outros	25.925	-
<b>Total</b>	<b>95.007</b>	<b>44.792</b>

**d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos**

Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estão demonstrados a seguir:

	2010	2009
Futuros	1.661	13.589
Swap	1.727	139
Operações a termo - NDF	2.301	2.038
Opções	(1.163)	-
<b>Total</b>	<b>4.526</b>	<b>15.766</b>

**6 GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**a) Risco de crédito**

O Conglomerado Financeiro adota um conjunto rigoroso de procedimentos de análise de crédito e classificação de riscos, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, natureza de suas operações, nas garantias prestadas, cronograma da dívida, qualidade dos ativos e cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor econômico, mercado, especialização, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito.

**b) Risco de mercado**

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (V@R) é calculado diariamente utilizando-se de técnicas estatísticas atuariais de forma a estimar a perda financeira possível para um dia levando em conta que o comportamento do mercado será semelhante ao que ocorreu no passado recente. O modelo de V@R empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 95% monocaudal. Outra abordagem utilizada na aferição do risco de mercado é o *Stress Test*, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Esta abordagem de análise tem por objetivo preservar o patrimônio do banco em situações de mercado consideradas atípicas, que embora difiram do padrão estatístico histórico, podem estar dentro do espectro de possibilidades consideradas pontuais pela Administração.

**c) Risco de liquidez**

O Banco procura manter uma estrutura de capital, com grau de alavancagem e liquidez compatíveis. Fortalecendo a liquidez do Banco pela diversificação e baixa concentração de valores, e de devedores, administrando, também, os prazos das operações ativas e passivas de forma que tenham, tanto quanto possível, seus vencimentos correlacionados.

**d) Risco operacional**

O processo de gestão e controle do risco operacional do Conglomerado adota metodologias para identificar, avaliar, monitorar, controlar, e mitigar o risco operacional, assim como para controlar as perdas operacionais. Tais informações, depois de devidamente tratadas e avaliadas pelos gestores de cada área, servem de base para elaboração de planos de ação de mitigação de riscos para serem submetidos à aprovação da Administração.

**7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

	2010	2009
<b>a) Por tipo de operação</b>		
Operações de crédito	272.761	185.091
Empréstimos e títulos descontados	58.789	64.155
Financiamentos de veículos	8.538	11.068
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.983	9.730
Financiamentos imobiliários	347.071	270.044

**Outros créditos:**

Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 10)	26.034	17.013
Devedores por compra de valores e bens (nota 11)	4.108	8.792
<b>Total</b>	<b>30.142</b>	<b>25.805</b>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	377.213	(32.450)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.849)	(1.197)
<b>Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(19.397)</b>	<b>(33.647)</b>
<b>Total</b>	<b>357.816</b>	<b>262.202</b>

**b) Por setor de atividade**

	2010	2009
Setor privado	8.538	11.068
Rural	118.938	49.983
Indústria	80.377	33.332
Comércio	5.033	1.333
Intermediários financeiros	4.108	8.792
Serviços	116.019	94.166
Pessoas físicas	49.233	98.509
<b>Total</b>	<b>377.213</b>	<b>295.849</b>

**c) Por faixa de vencimento**

	2010	2009
Parcelas vencidas	20.979	31.925
Parcelas vincendas até 90 dias	167.531	96.917
de 91 dias a 180 dias	79.924	68.220
de 181 dias a 360 dias	55.452	41.651
acima de 360 dias	53.327	57.136
<b>Total</b>	<b>377.213</b>	<b>295.849</b>

**d) Composição da carteira por nível de risco**

Nível	2010				2009			
	Curso normal	Vencidas	Total	%	Curso normal	Vencidas	Total	%
A	25.538	2.497	28.035	7,7	21.513	77	21.590	6,3
B	128.273	2.497	130.770	34,6	130.070	16.59	146.660	41,2
C	186.535	8.818	195.353	51,79	172.573	58,33	230.906	64,1
D	6.101	2.688	8.789	2,33	19.152	6,47	25.304	7,1
E	3.04	2.449	5.489	1,5	5.883	1,99	7.789	2,2
F	3.296	1.737	5.033	1,33	7.739	2,2	10.178	2,8
G	1.951	2.636	4.587	1,22	6.046	1,7	8.204	2,3
H	256	4.414	4.670	1,24	13.873	3,8	19.549	5,5
<b>Total</b>	<b>351.974</b>	<b>25.239</b>	<b>377.213</b>	<b>100,00</b>	<b>295.849</b>	<b>100,00</b>	<b>334.647</b>	<b>100,00</b>

Nível	2010				2009			
	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Total	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Total
A	0,50	126	-	126	0,05	108	0,32	108
B	1,00	1.283	25	1.308	6,74	2.000	981	2.981
C	3,00	5.996	265	6.261	30,21	4.000	6.903	10.903
D	6,10	269	879	1.148	4,53	1.911	1.569	3.480
E	30,00	91	735	826	4,26	30,00	1.765	2.065
F	50,00	1.648	869	2.517	12,97	50,00	3.869	4.369
G	70,00	1.366	1.844	3.210	16,55	70,00	4.233	5.233
H	100,00	256	4.414	4.670	24,08	100,00	13.873	14.233
		<b>10.916</b>	<b>8.421</b>	<b>19.337</b>	<b>100,00</b>			<b>33.647</b>

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2010	2009
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>33.647</b>	<b>20.654</b>
Constituições líquidas de reversões	31.662	38.595
Baixas de créditos em prejuízo	(45.912)	(45.703)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>19.397</b>	<b>33.647</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a administração passou a adotar a premissa de prazo em dobro para constituição de provisão por atraso das operações de crédito com prazo total superior a 36 meses conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99.

O efeito da adoção desse procedimento, em substituição ao que vinha sendo utilizado, gerou uma reversão de R\$ 7.271 de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**f) Créditos renegociados e recuperados**

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, totalizam R\$ 1.165 (R\$ 2.346, em 2009).

Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, totalizam R\$ 8.340 (R\$ 6.013, em 2009).

**g) Cessões de crédito**

Conforme as condições estabelecidas pela Resolução nº 2.686/00 do Conselho Monetário Nacional, o Banco efetuou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cessões de créditos já vencidos, sem coberturas, oriundos de suas operações de empréstimos e financiamentos, pelo montante de R\$ 5.176 (R\$ 4.338 em 2009), para a Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, entidade ligada, cujos valores nominais atualizados contabilmente totalizavam R\$ 24.192 (R\$ 37.639 em 2009) havendo provisão constituída no montante de R\$ 24.192 (R\$ 35.007 em 2009).

o valor da cessão foi fixado baseado em laudo de avaliação elaborado por empresa independente. O prejuízo da cessão, no montante de R\$ 19.016 (R\$ 33.300 em 2009) foi registrado a débito da rubrica "Receitas de operações de crédito". Simultaneamente, foi revertida a respectiva provisão constituída para créditos de liquidação duvidosa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 não foram realizadas cessões de operações de crédito com cobertura e também não houve recompras de cessões efetuadas anteriormente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram realizadas cessões de operações de crédito, com cobertura, no montante líquido de R\$ 302.301, resultando em ganho, no valor de R\$ 56.585, registrado na rubrica "Receitas de operações de crédito". Os saldos das comissões pagas por ocasião da contratação das operações cedidas, a apropriar ao resultado, nas datas das cessões, no montante de R\$ 4.225, foram apropriados diretamente ao resultado, na rubrica "Outras despesas operacionais". Também, no exercício de 2009 foram recompradas operações cedidas anteriormente à Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pelo valor total de R\$ 765. Essas operações foram registradas na rubrica "Operações de crédito", pelo montante de R\$ 8.686 (valor presente dessas operações, calculado com base nas taxas originais de cada contrato recomprado), tendo sido apurado um lucro de R\$ 7.921, registrado na rubrica "Receitas de operações de crédito". Simultaneamente, foi constituída a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 8.686. As comissões pagas por ocasião da contratação dessas operações recompradas foram no montante de R\$ 244.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo total de operações de crédito cedidos com cobertura, registradas em contas de compensação, totaliza R\$ 196.670 (R\$ 346.181 em 2009). Sobre essas operações foi constituída provisão para possíveis perdas, considerando os mesmos critérios da Resolução nº 2.682/99, totalizando R\$ 26.815 (R\$ 25.368 em 2009) registrada na rubrica "Outras obrigações - diversas" (Nota 17c).

	2010	2009
<b>h) Rendas com operações de crédito</b>		
Empréstimos e títulos descontados	46.137	63.658
Financiamentos	10.961	87.318
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.340	6.013
Financiamentos rurais e agroindustriais	633	642
Financiamentos imobiliários	563	758
Financiamentos de moedas estrangeiras	384	20
Adiantamentos a depositantes	36	53
<b>Total</b>	<b>67.054</b>	<b>158.462</b>

	2010	2009
<b>Prejuízos com cessões de créditos</b>	<b>(19.016)</b>	<b>(33.301)</b>
<b>Total rendas com operações de crédito</b>	<b>48.038</b>	<b>125.161</b>

**10 CARTEIRA DE CÂMBIO**

	2010	2009
<b>Circulante</b>		
Câmbio comprado a liquidar	148.841	25.291
Direitos sobre venda de câmbio	97.822	5.340
Ativos em moeda estrangeira e nacional recebidos	(2.495)	(2.826)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9a)	353	341
<b>Total</b>	<b>244.521</b>	<b>28.146</b>

	2010	2009
<b>Passivo Circulante</b>		
Câmbio vendido a liquidar	96.146	5.312
Obrigações por compra de câmbio	150.286	26.080
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 9a)	(25.681)	(16.671)
Outros	226	158
<b>Total</b>	<b>220.977</b>	<b>14.879</b>

**11 OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

	2010	2009
<b>Circulante</b>		
Impostos a compensar	7.615	13.135
Créditos tributários (nota 25b)	19.653	17.363
Devedores diversos no país	2.964	6.823
Devedores por compra de valores e bens (nota 9a)	3.017	5.262
Títulos e créditos a receber	487	440
Outros	118	156
<b>Total</b>	<b>33.854</b>	<b>43.073</b>

	2010	2009
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Créditos tributários (nota 25b)	59.150	49.755
Devedores por compra de valores e bens (nota 9a)	1.091	3.636
Devedores por depósito em garantia (nota 28b)	6.439	6.448
Títulos e créditos a receber	4.382	3.954
<b>Total</b>	<b>71.062</b>	<b>62.793</b>

**12 OUTROS VALORES E BENS**

	2010	2009
<b>Circulante</b>		
Bens não de uso - veículos	15.486	23.717
Despesas antecipadas (*)	10.025	6.535
(*) Provisão para desvalorização de bens não de uso	(4.150)	(9.433)
<b>Total</b>	<b>21.361</b>	<b>20.819</b>

	2010	2009
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Despesas antecipadas (*)	6.533	5.372
<b>Total</b>	<b>6.533</b>	<b>5.372</b>

(\*) Inclui o montante de R\$ 15.285, relativo a valor pago em função de convênio realizado para cessão de direitos creditórios vencidos - oriundos de operações de empréstimos e financiamentos realizados pelo Banco (Nota 3m e 26).

**13 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS**

Refere-se, exclusivamente, à participação na controlada SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. As principais informações sobre a controlada são as seguintes:

	2010	2009
Quantidade de ações possuídas	1.200	1.200
Capital social	23.331	25.231
Patrimônio líquido	42.219	40.451
Lucro líquido do exercício	1.025	3.998
Dividendos propostos	256	999
<b>Percentual de participação</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>
<b>Total</b>	<b>42.219</b>	<b>40.451</b>

**14 DEPÓSITOS**

	2010	2009
<b>Sem vencimento</b>		
A vista	66.251	66.251
Interfinanceiros	-	83.516
A prazo	81.379	174.926
Outros	1.067	1.067
<b>Total</b>	<b>148.697</b>	<b>325.760</b>

**15 CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO**

	2010	2009
<b>Carteira própria</b>		

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, bem como o respectivo parecer dos auditores independentes. A estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado e Operacional da instituição líder do Conglomerado - Banco Paulista S.A. - inclui as operações realizadas pela Socopa Corretora. A descrição completa dessa estrutura encontra-se disponível no site [www.bancopaulista.com.br](http://www.bancopaulista.com.br). Agradecemos ao apoio e à confiança dos nossos clientes, funcionários e colaboradores.

São Paulo, 18 de março de 2011 - **A Administração.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

ATIVO	2010	2009
<b>Circulante</b>	<b>155.357</b>	<b>298.781</b>
Disponibilidades	400	455
Aplicações interfinanceiras de liquidez	39.716	87.296
Aplicações em operações compromissadas	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	39.716	53.636
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>26.245</b>	<b>24.039</b>
Carteira própria	6.396	1.826
Vinculados à prestação de garantias	19.849	22.213
<b>Outros créditos</b>	<b>88.764</b>	<b>186.893</b>
Rendas a receber	883	840
Negociação e intermediação de valores	83.054	180.316
Diversos	5.166	6.483
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(339)	(746)
<b>Outros valores e bens</b>	<b>232</b>	<b>98</b>
Despesas antecipadas	232	98
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>5.131</b>	<b>6.096</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>5.131</b>	<b>6.096</b>
Diversos	5.131	6.096
<b>Permanente</b>	<b>2.963</b>	<b>2.619</b>
Investimentos	49	49
Imobilizado de uso	1.594	1.431
Diferido	63	315
Intangível	1.257	824
<b>Total do ativo</b>	<b>163.451</b>	<b>307.496</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(Em milhares de reais)

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. está organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a intermediação de negócios nas bolsas de valores, de mercadorias e futuro e nos mercados de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio, e a administração de clubes e fundos de investimentos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de seu controlador Banco Paulista.

**2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos a valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

**3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Aproximação do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para dia em relação à natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pela perda de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data da aplicação.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

**d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

De acordo com o estatuto social e o Regulamento nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
  - Títulos disponíveis para venda; e
  - Títulos mantidos até o vencimento.
- Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta descaída do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos, para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas ao resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, são contabilizados de acordo com os seguintes critérios e o valor dos ajustes a mercado são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

**e) Negociação e intermediação de valores**

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

**f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**  
O registro contábil de uma perda de evidência circunstancial ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

**g) Permanente**

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) está registrado pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

O ativo diferido é composto por benfeitorias em imóveis de terceiros, com amortizações anuais, basicamente, de 24%, conforme prazo do contrato de locação. A partir de 30 de setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuam, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa. As regras contábeis vigentes não admitem, a partir de janeiro de 2009, o registro contábil de novas adições ao diferido.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

**h) Imposto de renda e contribuição social**  
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseadas nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

**i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

**Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

**Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

**4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2010	2009
Disponibilidades	400	455
Aplicações em operações compromissadas	-	33.660
Aplicações em depósitos interfinanceiros	39.716	38.440
Caixa e equivalentes de caixa	40.116	72.555

**5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

a) Aplicações no mercado aberto - Operações compromissadas	2010	2009
Re vendas a liquidar - Posição bancada	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	33.660
No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o resultado com aplicações no mercado aberto foi de R\$ 864 (R\$ 649 em 2009).		

**b) Aplicações em depósitos interfinanceiros**

	2010	2009
Aplicações em depósitos interfinanceiros	39.716	55.636
Banco Paulista S.A.	39.716	55.636
No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 4.862 (R\$ 4.875 em 2009).		

**6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

**a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação**

	2010		2009	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
Carteira própria	6.399	6.396	1.823	1.826
Títulos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	6.399	6.396	1.705	1.705
Letras do Tesouro Nacional - LFTNs	-	-	20	20
Certificado de Produtor Rural - CPR	-	-	98	101
Vinculados à prestação de garantias	19.864	19.849	22.249	22.213
Outros créditos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	19.864	19.849	22.249	22.213
<b>Total</b>	<b>26.263</b>	<b>26.245</b>	<b>24.072</b>	<b>24.039</b>

(i) Referem-se aos custos de aquisições, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.  
(ii) O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustados ao valor de mercado.  
No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o resultado das operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 2.429 (R\$ 1.945 em 2009).

PASSIVO	2010	2009
<b>Circulante</b>	<b>114.225</b>	<b>259.897</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>114.225</b>	<b>259.897</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5	7
Sociais e estatutárias	256	999
Fiscais e previdenciárias	966	3.856
Negociação e intermediação de valores	111.367	250.641
Diversas	1.631	4.394
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>7.007</b>	<b>7.148</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>7.007</b>	<b>7.148</b>
Fiscais e previdenciárias	6.431	6.542
Diversas	576	606
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>42.219</b>	<b>40.451</b>
Capital social	25.531	25.531
Reserva de capital	569	569
Reservas de lucros	16.119	14.351
<b>Total do passivo</b>	<b>163.451</b>	<b>307.496</b>

**b) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação**

	2010		2009	
	Sem vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Letras do Tesouro Nacional - LFTNs	-	-	-	20
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	-	26.245	23.918
Certificado de Produtor Rural - CPR	-	-	-	101
<b>Total</b>	-	-	<b>26.245</b>	<b>24.039</b>

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

**c) Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos derivativos são utilizados pela Socopa, prioritariamente, para atender às suas necessidades, bem como administrar a exposição global de risco da instituição. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi apurado um resultado negativo de R\$ 84 (R\$ 86 em 2009), decorrente das operações com futuros.

**7) GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**a) Risco de crédito**

O Conglomerado Financeiro adota um conjunto rigoroso de procedimentos de análise de crédito e classificação de riscos, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, natureza de suas operações, nas garantias prestadas, cronograma da dívida, qualidade dos ativos e cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor econômico, mercado, especialização, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito.

**b) Risco de mercado**

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (V@R) é calculado diariamente utilizando-se de técnicas estatísticas atuais de forma a estimar a perda financeira possível para um dia levando-se em conta que o comportamento do mercado será semelhante ao que ocorreu no passado recente. O método de V@R empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de um dia e intervalos de confiança de 95% monocaudal.

Outra abordagem utilizada na aferição do risco de mercado é o *Stress Test*, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Esta abordagem é analisada tem por objetivo preservar o patrimônio do banco em situações de mercado consideradas atípicas, que embora difiram do padrão estatístico histórico, podem estar dentro do espectro de possibilidades consideradas pontuais pela Área de Riscos Corporativos.

**c) Risco de liquidez**

O Conglomerado Financeiro procura manter uma estrutura de capital, com grau de alavancagem e liquidez compatíveis. Protegendo a liquidez, o Conglomerado zela por diversificação e baixa concentração de valores, e de devedores; administrando, também, os prazos das operações ativas e passivas de forma que tenham, tanto quanto possível, seus vencimentos correlacionados.

**d) Risco operacional**

O processo de gestão e controle do risco operacional do Conglomerado adota metodologias para identificar, avaliar, monitorar, controlar, e mitigar o risco operacional, assim como coletar e tratar as perdas operacionais. Tais informações, depois de devidamente tratadas e avaliadas pelos gestores de cada área, servem de base para elaboração de planos de ação de mitigação de riscos para serem submetidos à aprovação da Administração.

**8) OUTROS CRÉDITOS**

**a) Negociação e intermediação de valores**

	2010		2009	
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Caixa de registro e liquidação	52.649	-	149.860	54
Devedores/credores - conta "Liquidações pendentes"	30.405	109.105	30.456	248.120
Oper. com ativos financ. a liquidar	-	320	-	496
Comissões e corretagens a pagar	-	1.942	-	1.971
<b>Total</b>	<b>83.054</b>	<b>111.367</b>	<b>180.316</b>	<b>250.641</b>

**b) Diversos**

	2010	2009
Circulante	4.175	5.026
Impostos e contribuições a compensar	329	4
Adiantamento para pagamento de nossa conta	365	353
Títulos e créditos a receber (i)	177	299
Créditos tributários (vide Nota 15 (b))	120	801
Outros	5.166	6.483

**c) Realizável a longo prazo**

	2010	2009
Devedores por depósitos em garantia	738	1.755
Títulos e créditos a receber (i)	2.558	2.822
Créditos tributários (vide Nota 15 (b))	1.835	1.519
Outros	5.131	6.096

(i) Títulos e créditos a receber referem-se a precatórios do Tesouro Nacional.

**c) Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa**  
Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2010 e 2009, a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2010	2009
Saldo inicial	746	853
Baixas para prejuízo	(403)	-
Constituições líquidas de reversões	(4)	(107)
<b>Saldo final da provisão</b>	<b>339</b>	<b>746</b>

**9) OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**a) Fiscais e previdenciárias**

	2010	2009
Circulante	966	3.856
Impostos e contribuições a recolher	753	735
Impostos e contribuições sobre os lucros	213	3.121
Exigível a longo prazo	6.431	6.542
Provisão para riscos fiscais	6.431	6.542
<b>Total</b>	<b>7.397</b>	<b>10.398</b>

**b) Diversas**

	2010	2009
Circulante	1.631	4.394
Outras despesas administrativas	498	2.240
Comissões a pagar sobre operações de câmbio	495	1.554
Despesas de pessoal	565	521
Honorários advocatícios a pagar		

...Continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(Em milhares de reais)

	Depósitos judiciais		2010	2009
	Trabalhistas	Fiscais		
Saldo no início do exercício	14	1.741	1.755	1.664
Atualizações	1	157	158	183
Realizações/reversões	-	(1.175)	(1.175)	(92)
Saldo no final do exercício	15	723	738	1.755

**c) Órgãos reguladores**

Não existem em curso processos administrativos por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Corretora.

**20 LIMITES OPERACIONAIS**

O índice da Basileia, para a data-base de 31 de dezembro de 2010, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 3.444 e 3.490, e Circular nº 3.360, é de 13,07% para o Conglomerado Financeiro.

**21 OUTRAS INFORMAÇÕES**

A Corretora é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar aos seus funcionários, na forma de contribuição definida. As contribuições no exercício totalizaram R\$ 75 (R\$ 85 em 2009).

Considerando os termos e benefícios oferecidos pelo Programa de Anistia Fiscal editado pelo Governo Federal através da Lei nº 11.941/09, a Administração da Corretora aderiu ao referido programa e com base na portaria conjunta PGNF/RFB nº 2 de 03/02/2011 adotará o cronograma para consolidação dos débitos.

**DIRETORIA EXECUTIVA**
**GERSON LUIZ MENDES DE BRITO** - Contador - CRC 1SP112144/O-0

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao

Acionista e aos administradores da

**SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras**

A Administração da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 9 de abril de 2010, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 4 de março de 2011


Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Grégory Gobetti  
Contador CRC-1PR039144/O-8"SP